

A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares¹

Rosemeire Aparecida de Almeida²

Professora dos cursos de graduação e pós graduação em geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).
e-mail: raaalm@gmail.com

David Gallar Hernández

Professor do Programa de Doctorado en Recursos Naturales y Sostenibilidad de la Universidad de Córdoba/ES
Investigador do Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC).
e-mail: david.gallar@uco.es

Ángel Calle Collado

Professor do Programa de Doctorado en Recursos Naturales y Sostenibilidad de la Universidad de Córdoba/ES
Investigador do Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC).
e-mail: angel.calle@uco.es

Resumo

Vivemos ainda, em escala mundial, sob os reflexos da última grande crise financeira do capital que, em 2008, se alastrou a partir da economia e do sistema bancário norte-americano. Por conseguinte, assistimos à incessante busca para racionalizar o sistema de acumulação, e neste processo a terra ganhou papel fundamental, seja por meio da sua desnacionalização ou pelo controle dos produtos da cadeia do “Agro”, exercido pelos “Impérios” agroalimentares (PLOEG, 2008). O ordenamento dos Impérios significa o controle do território e a disseminação de normas e padrões como forma de assegurar a apropriação das riquezas. Situação que sinaliza que o capital encontrou fôlego no sistema agroalimentar e no controle dos bens primários, em particular minérios, grãos, agrocombustíveis e celulose – grande parte transformada em *commodities*. A análise da questão agrária, em Andalucía-ES, representa a possibilidade de se pensar novas configurações da questão agrária, dentre elas, a aproximação entre a luta pela terra e o debate acerca da insatisfação com o atual sistema agroalimentar global – em outras palavras, a confluência do debate da posse e do uso da terra. Certamente, trata-se de um desenho da necessária aliança cidade-campo capaz de acelerar a democratização da terra e a transição agroecológica no horizonte de alternativas à crise neoliberal.

Palavras-chave: Andalucía; questão agrária; (re)criação camponesa; agroecologia.

Resumen

La “nueva” cuestión agraria en Andalucía: procesos de recampesinización en tiempos de imperios agroalimentarios

¹ Agradecemos aos companheiros do Instituto de Sociología y Estudios Campesinos/Universidad de Córdoba (ISEC-UCO) pelos debates que enriqueceram o artigo. Reconhecimento especial a Juan Luis Sánchez Sánchez pela leitura atenta e envio de material bibliográfico.

² Bolsista de estágio sênior da Capes (Proc. N° 17662-12-5), período agosto de 2013 a Julho de 2014, junto a UCO-ISEC com supervisão do Prof. Dr. Ángel Calle Collado.

Actualmente asistimos, a escala mundial, los efectos de la última gran crisis financiera que en 2008 se extendió a partir de la economía y del sistema bancario norteamericano. Así, asistimos a la incesante búsqueda de la racionalización del sistema de acumulación, y en este proceso la tierra ha adquirido un papel fundamental ya sea por medio de su privatización o bien a través del control de los productos de la cadena del “Agro”, ejercido por los “Imperios” agroalimentarios (PLOEG, 2008). Los Imperios significan el control del territorio y la diseminación de normas y leyes como forma de asegurar la apropiación de la riqueza. Situación que apunta a que el capital encontró un filón en el sistema agroalimentario y en el control de los bienes primarios, en especial los minerales, los granos, los agrocombustibles y la celulosa – transformada en gran parte en *commodities*. El análisis de la cuestión agraria en Andalucía-ES representa la posibilidad de pensar nuevas formas de la cuestión agraria, entre ellas la aproximación a la lucha por la tierra y el debate acerca de la insatisfacción con el actual sistema agroalimentario – en otras palabras, la confluencia del debate de la posesión y del uso de la tierra. Ciertamente, se trata de ilustrar la necesaria alianza ciudad-campo capaz de acelerar la democratización de la tierra y la transición agroecológica en el horizonte de las alternativas a la crisis neoliberal.

Palabras clave: Andalucía; cuestión agraria; (re)campesinización; agroecología.

Abstract

The ‘new’ agrarian question in Andalucía: processes of repeasantization at times of agrifood empires

We are still living, worldwide, under the effects of the last great financial crisis of capital. A crisis that, in 2008, has spread from the American banking and economic system. Thus, we are witnessing the relentless pursuit for rationalizing the accumulation system. In this process, land has acquired a key role, either by its denationalization or by the agrifood Empires control on the agro products chain (PLOEG, 2008). Arrangement of Empires means control of the territory and dissemination of standards and rules in order to ensure wealth appropriation. A situation which indicates that capital found breath in the agrifood system and in the control of primary goods is that much of these goods were converted into commodities, particularly minerals, grain, agrofuels and cellulose. By analyzing the agrarian question in Andalucía, Spain, we realize the possibility of new configurations on agrarian issues, eg the rapprochement between the land struggle and the discussion on the dissatisfaction with the current global food system. In other words, we perceive the confluence of the debate on land tenure and land use. Surely, this means a designing on the necessary alliance between town and countryside as a way for accelerating the democratization of land and the agroecological transition, as an alternative to neoliberal crisis horizon.

Keywords: Andalucía; agrarian question; re-peasantization; agroecology.

Introdução³

Em conjunto, a agricultura e o consumo de alimentos constituem um dos *El Dorados* de nossa era. Enquanto, noutros tempos, as minas do Chile e do Peru serviam de base à manutenção do Império Espanhol, agora são a produção e o consumo de alimentos, entre outros elementos, que geram os enormes fluxos da riqueza que é acumulada nos diferentes impérios (PLOEG, 2008, p. 260. Grifo do autor).

³ As reflexões iniciais são parte do projeto de pós doutorado, intitulado: Da Hegemonia do Agronegócio às Estratégias de Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa: Aproximações com a Transição Agroecológica na Espanha. Três Lagoas-BR, Córdoba-ES, 2013. (Projeto de Pos Doc).

Vivemos ainda, em escala mundial, sob os reflexos da última grande crise financeira do capital que, em 2008, se alastrou a partir da economia e do sistema bancário norte-americano. Para Hobsbawm (2012), esta crise atual é maior que a da década de 1930, em virtude da globalização que acentuou o grau de integração econômica podendo, inclusive, afetar países de economia planejada – situação não registrada em crises anteriores. Embora ainda predominem as incertezas, o autor destaca como aprendizado ímpar da crise, o fim da espécie de capitalismo de livre mercado que tomou conta do mundo e seus governos nos anos passados, desde Margaret Thatcher e o presidente Reagan.

Para Harvey (2004) a crise é um processo inerente ao modo de produção capitalista, pela qual o sistema promove, periodicamente, uma destruição seletiva de capitais⁴, necessária para que o sistema possa retomar o seu processo de acumulação capitalista, ou seja, a acumulação via espoliação. Cabe aos países hegemônicos, arbitrar acerca das saídas da crise, geralmente por meio da imposição de pacotes de ajuste, que impõem sérias restrições aos gastos sociais. Transferindo, portanto, o ônus dessas destruições para o conjunto da sociedade, particularmente as classes subalternas. Alerta Harvey que, embora o neoliberalismo pregue funções diminutas para o Estado, principalmente no tocante a intervenção na produção de bens e serviços, nas crises sempre se precisou dele para remediar as consequências do livre mercado⁵.

O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). (...) A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água, etc na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado. O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. (...).

O mesmo objetivo pode, no entanto, ser alcançado pela desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado. Mas isso requer uma onda anterior de desvalorização, o que significa uma crise de algum tipo. **As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema** (HARVEY, 2004, p. 124-125. Grifo nosso).

Nesta busca atual para racionalizar o sistema de acumulação, a terra ganhou papel fundamental, seja por meio de processos de desnacionalização ou pelo controle dos produtos da cadeia do “Agro” exercido pelos “Impérios” agroalimentares: “O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante” (PLOEG, 2008, p. 20). Este ordenamento dos Impérios (agrícolas e alimentares) significa o controle do território (envolvendo os bens inalienáveis da natureza como água e terra) e a disseminação de normas e padrões, como forma de assegurar a apropriação das riquezas. Situação que sinaliza, claramente, que o capital encontrou fôlego no sistema agroalimentar e nos bens primários, em particular minérios, grãos, agrocombustíveis e celulose – grande parte transformada em *commodities*. Não por acaso, o Brasil ultimamente tem se projetado economicamente como modelo de desenvolvimento do capitalismo no campo via agronegócios, arquétipo que permite o reencontro da acumulação pela combinação de

⁴ No atual cenário espanhol de cortes na área social e desemprego, um grupo seletivo viu seu patrimônio crescer em 5,4% em 2012. Neste mesmo ano a elite global registrou níveis de riqueza recorde com um aumento de 9,2% em relação ao ano anterior. Disponível em: <http://economia.elpais.com/economia/2013/06/18/actualidad/1371569855_528005.html>. Acesso em agosto 2013.

⁵ Afirma Bispo et al (2009, p. 11) que um conjunto de instituições financeiras ameaçadas pela atual crise global receberam US\$ 18 trilhões em ajuda pública em pouco mais de um ano - valor quase dez vezes maior do que os US\$ 2 trilhões em doações de países ricos para países em desenvolvimento nos 49 anos de existência da ONU.

elementos de insustentabilidade, tais como: concentração da terra, precarização do trabalho, crise agroambiental.

Por conseguinte, este caminho de apropriação de bens primários e, portanto, revalorização do campo como parte do eixo de acumulação do sistema capitalista, implica numa reelaboração da relação cidade-campo, tanto na perspectiva do capital como da resistência.

Na miragem do capital, como dito, o controle da terra-território exercido pelos Impérios, fez dos alimentos e demais produtos agrícolas, a principal fronteira para a acumulação ampliada, em uma dinâmica muito próxima a que os metais preciosos representaram para a acumulação primitiva nos idos do capitalismo comercial (PLOEG, 2008). Este movimento de troca desigual, que é de domínio da agropecuária pelo capital industrial, e agora financeiro, foi favorecido pela imposição do pacote da Revolução Verde e, conseqüentemente, da perda de saberes locais e de autonomia, em que o capital solda a relação cidade-campo a partir da subordinação e drenagem de riquezas entre lugares e países. O resultado mais trágico tem sido o empobrecimento dos camponeses, êxodo rural e instalação de um padrão alimentar artificial, que para se manter, rompe os limites da natureza gerando grave crise ambiental.

Esta internacionalização da questão agrária, contraditoriamente, resignificou a questão camponesa, em especial, a recriação dos camponeses via reforma agrária. Crescem em vários pontos do globo exemplos de resgate do modo de vida camponês. Exemplo contundente é o retorno ao campo dos sem-terra brasileiros por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que, desde a década de 1980, conquistou mais de 10 milhões de ha para a Reforma Agrária. É nesta direção que Ploeg (2008) sustenta a tese de que existe apenas um mecanismo adequado para lidar com a crise agroambiental e superá-la. Este mecanismo consiste na ampliação do número de camponeses...

Nas chamadas partes ‘civilizadas’ do mundo, provavelmente, **chegaremos à conclusão de que um mundo com presença de camponeses é um lugar melhor que um mundo sem eles.** (...) a presença dos camponeses tem frequentemente uma relação positiva com a qualidade de vida no campo, com a qualidade dos nossos alimentos e com a necessidade de usar a água, a energia e as terras férteis de forma sustentável e eficiente (PLOEG, 2008, p. 02. Grifo nosso).

A questão agrária em Andalúcia, cerne de análise deste artigo, representa a possibilidade de pensarmos novas configurações da questão agrária, dentre elas, a aproximação entre a luta pela terra e o debate acerca da insatisfação com o sistema agroalimentar global – em que questionar a posse é também repensar o uso. Em outras palavras, o enfrentamento a este capital transnacional tem exigido uma aliança entre camponeses e trabalhadores urbanos, os primeiros querem ver a terra dividida, os segundos uma alimentação sana. Ambos parecem entender que a produção de comida saudável é incompatível com o sistema hegemônico que produz concentração de terra, monocultivo e agrotóxicos.

Para Sevilla Guzmán (1992), Gonzalez de Molina (2006), Calle Collado (2012) é preciso insistir em processos que gerem estratégias de transição gradativa dos sistemas agrícolas convencionais para sistemas agrícolas alternativos. Essas ações devem privilegiar os níveis locais, com caráter endógeno e participação-ação dos sujeitos os quais tendem futuramente, por sua natureza camponesa, a uma agricultura de baixos insumos externos e de base ecológica. Asseveram tratar-se de uma crença sem fundamento empírico a acusação de que a agricultura ecológica rende menos por unidade de superfície que a convencional. Descartam alarmismos próprios da modernização agrícola, que acusa a agroecologia de não ser capaz de produzir alimentos para uma crescente população mundial, primeiro porque o problema da fome é uma questão de divisão de riquezas;

segundo, porque a agroecologia é uma modo de pensar que implica a revisão dos atuais níveis de consumismo impostos pelo modo de pensar capitalista.

Indubitavelmente, o desafio do momento é alinhar o debate da Questão Agrária com o da transição agroecológica numa perspectiva global, uma vez que tanto a questão da terra, como dos alimentos, se tornaram um problema mundial cujos atores hegemônicos são capitais transnacionais. Na Espanha, em especial em Andalucía – região marcada historicamente pelos conflitos agrários – divergências e convergências fazem parte deste processo de alinhamento das lutas, uma vez que a partir dos anos de 1960, o campesinato espanhol também foi atingido pelos esquemas da agricultura industrial conhecida como “Revolução Verde”. Porém, segundo Sevilla Guzmán (1992), há uma potencialidade de mudança que reside, contraditoriamente, no fato de que há percepção da crescente espiral de dependência que este modelo gera, particularmente em relação aos agroquímicos, sementes e matrizes, aliada ao saber local resiliente em alguns agroecossistemas. Portanto, a aproximação do movimento de luta pela terra com ativistas e agricultores ecológicos de procedência urbana, pode ser importante estratégia de aceleração da transição agroecológica.

A questão agrária em Andalucía: um recorrido...

El acaparamiento de tierras por los grandes propietarios y su negativa a generar empleo en unas comarcas atravesadas por el paro y la pobreza de manera crónica, han generado históricamente diversas respuestas por parte de la población, como han sido la emigración y la resistencia. **Esta última se ha articulado en torno a un movimiento de campesinos y campesinas sin tierra que trabajaban como jornaleras y jornaleros, y que en determinados momentos de la historia reciente de Andalucía ha mantenido un pulso con las instituciones y los grandes propietarios agrícolas para conseguir una de sus reivindicaciones más antiguas: la reforma agraria y el reparto de tierras.** (...) Andalucía es una región del Estado español de enorme importancia para el análisis de la situación actual del acceso a la tierra y la visibilización de las luchas sociales, que desde la sociedad civil reclaman una situación más justa en cuanto a la tenencia y uso de la tierra (APARICIO et al, 2013, p. 5. Grifo nosso).

O debate acerca da existência de uma questão agrária⁶ em Andalucía⁷ não é recente. Estudiosos como Sevilla Guzmán (1992); Gonzalez de Molina, Oliver (1999); Delgado Cabeza (2010); Talego Vázquez (2010); Flores Lunar (2012); dentre outros, destacam a contínua e crescente concentração da terra e da riqueza que opera nesta região desde os primórdios da sua inserção ao processo capitalista⁸. A origem desta concentração remonta a divisão de terras das ordens militares e religiosas durante a conquista do território andaluz e expulsão dos árabes nos séculos XII-XIV. Continua-se a desamortização em distintas fases pelas quais se expropriaram e “venderam” aos capitalistas a preços simbólicos as “terras mortas” – aquelas que estavam nas mãos da nobreza e da igreja, mas também as terras comunais – e se fortalece com a contrarreforma agrária do regime franquista. Estas dinâmicas históricas se fortalecem no século XX com a integração da agricultura andaluz e espanhola à modernização agrária dos anos de 1960, e adiante com a Revolução Verde e a Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC).

⁶ Usamos “Questão Agrária” para nos referir aos problemas inerentes à concentração da terra. Em específico, ao conflito de classe na sociedade capitalista para apropriação da principal base de reprodução de nossa existência, a terra.

⁷ É a região agrícola mais importante da Espanha, com destaque para Almería e Granada símbolos da moderna agricultura. É também a região que apresenta a mais alta taxa de desemprego da União Europeia: 35,42% da população ativa e 40% da população rural. (APARICIO et al, 2013).

⁸ Não faremos considerações sobre o atraso andaluz fruto de uma possível semi feudalidade. A respeito do assunto, ver: MARTÍN MARTÍN, Víctor O. (2010).

Mas, se há convergência quanto à existência de uma questão agrária em Andalúcia (batizada de “problema agrário andaluz”), o mesmo não ocorre em relação à identidade e destino dos sujeitos promotores da conflitualidade, no caso os homens e mulheres que questionam o *status quo*. Em outras palavras, há debates quanto à existência (ou não) de uma questão camponesa⁹ em Andalúcia. Uma parte dos questionamentos refere-se ao fato de que as pequenas propriedades familiares em Andalúcia foram capturadas pela lógica da “Revolução Verde”, perdendo a racionalidade camponesa¹⁰. Por outro lado, o movimento de retorno à terra foi historicamente conduzido por jornaleros que não possuem um *ethos* camponês.

Entendemos que estes dois argumentos não inviabilizam a existência de uma questão camponesa. Primeiro, porque a possível perda da racionalidade camponesa, produto de uma hegemonia da agricultura convencional, não representa uma opção, mas antes um bloqueio à lógica campesina enquanto simbiose homem-natureza. A não manifestação da (agri)cultura camponesa ocorre pela inexistência de condições objetivas de desenvolvimento; portanto o modo de vida permanece enquanto potencialidade, luta, quando a realidade impõe restrições – como plataforma nas palavras de Sevilla Guzmán e Gonzalez de Molina (2005). Nesta linha teórica, o campesinato é concebido como um modo de vida que possui plasticidade diante dos bloqueios capitalistas, podendo se resignificar em virtude da potencialidade de recuperação de sua lógica de existência via manejo da terra como fonte de reprodução do grupo doméstico devido a possuir, ainda que precariamente, o controle de uma fração do território capitalista. Portanto, a história tem demonstrado que em determinados contextos de desenvolvimento capitalista no campo, este modo de vida centrado na economia doméstica, pode experimentar formas de resistência próximas ao limite da condição camponesa com risco de perda do *habitus* camponês, a exemplo do trabalho assalariado e o êxodo rural – uma espécie de negar-se para continuar existindo.

Contraditoriamente, fruto desta capacidade de plasticidade, o retorno dos camponeses tem sido também uma realidade em diferentes países como ensina Shanin (2008, p. 25-26).

A flexibilidade de adaptação, (...) bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa.

Segundo, quanto à inexistência de uma tradição camponesa na luta pela terra desencadeada pelos jornaleros andaluzes, é fundamental o conceito de *habitus* para se pensar fenômenos sociais desta natureza, uma vez que o *habitus* camponês, e a sua durabilidade fora das condições de sua (re)criação, não se destinam a cálculos de tempo. Junte-se a isso o movimento de “fazer-se camponês” pela recuperação da terra de vida e trabalho como ocorreu no Brasil com o êxodo rural das décadas de 1960 a 1980, que expulsou 30 milhões para as cidades dando origem, posteriormente, ao maior movimento campesino da história atual.

Os camponeses (...) que lutaram na terra e pela terra, a despeito da pecha de individualistas, continuam existindo e resistindo por meio do *habitus* camponês, que tem permitido a eles repetir e reinventar os condicionamentos, combinando formas novas e velhas de subsistência que inscrevem, no território, o jeito camponês de viver. Destarte, centram a vida na família, no trabalho e na terra; esta última, entendida como a possibilidade de realização do trabalho, não da renda, não do lucro médio, mas do trabalho autônomo camponês, contraditoriamente liberto do julgo capitalista (ALMEIDA, 2006, p. 336).

⁹ Entendemos a questão camponesa como parte da questão agrária no sentido de superação da concentração da terra a partir de um duplo movimento: luta pela permanência dos camponeses frente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e luta pelo acesso a terra como recriação camponesa.

¹⁰ A respeito do debate da racionalidade camponesa, ver: PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. (2010).

Feitos os contrapontos, voltemos à análise para as contribuições de Talego Vázquez (2010), quando destaca a luta de resistência como parte constitutiva do processo de açambarcamento da terra em Andalúcia. Isso significa dizer que, para o autor, a conflitualidade não passou ao largo do problema agrário andaluz. Desde o princípio houve enfrentamento por parte dos trabalhadores rurais e camponeses pobres, oposição esta interrompida com o golpe de Estado que pôs fim a segunda República. Assevera que, nesta época, a luta do movimento jornalero não se moveu como consequência da fome, mas pela latência da questão agrária como processo não concluído de acesso à terra e, portanto, a existência de um “sonho camponês” adormecido no corpo do trabalhador rural. Na Sociologia da Prática, de Bourdieu, esse fenômeno social é explicado pelo *habitus* – no caso em análise, um *habitus* camponês¹¹ em processo de busca das condições primeiras de sua recriação. Portanto, depreende-se da citada análise que a luta pela terra neste momento histórico continha a possibilidade da recriação camponesa via divisão das terras.

Vejamos um trecho de Talego Vázquez (2010) em que este apontamento aparece em relevo:

Los trabajadores del campo en Andalucía forjaron sus anhelos de mejora o de transformación social en el marco de las fronteras del mundo agrario, porque aunque obreros, **sus anhelos eran campesinos** y se proyectaban sobre lo agrario (p. 68. Grifo nosso).

Porém, para o autor, o processo que se instala a partir deste marco é de desconstrução do protagonismo do movimento jornalero na luta que defendeu a bandeira: a terra para el que la trabaja.

Para o citado pesquisador, a luta persiste no tempo presente, porém, o debate atual que envolve a posse e o uso da terra, está sendo feito em outras bases, a saber:

(...) a medida que nos acercamos al presente, la mayoría de esas movilizaciones no han sido jornaleras: o han sido de pequeños y medianos agricultores, mayormente para exigir protección al gobierno ante las políticas de la PAC cuando coyunturalmente éstas le perjudican; o han sido vecinales, para demandar segregación de otros ayuntamientos; o medioambientales (TALEGO VÁZQUEZ, 2010, p. 75).

Ao estudar a luta pela terra em Andalúcia, Flores Lunar (2012) corrobora nesta tese da atual pluralidade de movimentos e organizações na luta pelo acesso à terra, e, sobretudo, pela transição agroecológica, ao identificar uma gama de ações na Espanha que tem permitido o encontro do homem com a terra fora do modelo hegemônico de uso e posse baseado na propriedade privada voltada ao mercado global. Estas ações alternativas podem ser resumidas em ocupações de terra; lutas pelas terras comunais; bancos de terra; grupos neorurais; canais curtos de comercialização; espaços de gestão e uso comunal.

Calle Collado *et al.* (2012) classificam este momento, nos chamados países centrais do capitalismo, como sendo de um crescente e generalizado descontentamento com o sistema agroalimentar global. Situação geradora de respostas individuais, mas, sobretudo, de estratégias de ação coletiva, sendo que esta última, por possuir conteúdo crítico, pode ganhar escala global como a Via Campesina. Os autores entendem que as razões da busca por outro tipo de consumo e, até mesmo, de superação do atual paradigma de produção, tem relação com uma tripla crise do sistema: social, econômica e agroalimentar. Por conseguinte, a Agroecologia é o horizonte e elo condutor das resistências ao sistema agroalimentar, cujo movimento tem sido, em grande parte, da cidade para o campo. Entretanto, sem caráter de dominação da cidade sobre o campo, mas, sim,

¹¹ O conceito de *habitus* é utilizado segundo Bourdieu que o concebe como um conjunto de noções operatórias que permite ao indivíduo mover-se nos “campos”. Em outras palavras, são disposições duráveis produzidas nos “campos” e interiorizadas pelos agentes. (ALMEIDA, 2006).

como expressão da confluência de forças para a recriação das bases essenciais de nossa existência.

Certamente, é a complexidade contemporânea da luta que inclui, além do questionamento da posse, a necessidade de mudança no uso da terra, que estimula a diversidade nas formas de apropriação do território. Nestas ações que buscam trocar a posse privada pelo uso coletivo agroecológico, destaque para as formas atuais de acesso à terra baseadas na obtenção por cedência de áreas no entorno da cidade e as ocupações de terras, práticas de contraponto ao desmantelamento da Reforma Agrária em Andalucía. E, mais, evidenciam que o “problema agrário andaluz”, dando substrato para que se recoloque junto à sociedade, a urgência da formulação de um “Banco de Terras Público” em Andalucía. Este Banco – ainda em construção pela Izquierda Unida¹² com o apoio do Sindicato de Pequenos e Médios Agricultores (COAG), do Sindicato de Obreros del Campo (SOC) e outros atores sociais vinculados à defesa e promoção da produção agroecológica e soberania alimentar – surge como proposta para proporcionar o uso agrário das terras de propriedade da Junta de Andalucía, concedendo usufruto seguro a pessoas e coletivos como estratégia de criação de emprego e desenvolvimento endógeno, vinculado a uma agricultura ecológica.

O maior símbolo da luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra em Andalucía é a ocupação de “Los Humosos” em Marinaleda. O processo de transformação desta propriedade privada no primeiro assentamento de Reforma Agrária em Andalucía, via Instituto Andaluz de Reforma Agrária (IARA), teve início em 1980, quando 700 pessoas protagonizaram uma greve em Marinaleda, que desembocou em ocupa  es de terra por um largo período até que, em 1991, o então IARA desapropriou a fazenda dando imiss o de posse aos trabalhadores numa área de 1200 ha.

Para ello en el año 84 ocupamos el pantano de Cordobilla con una consigna, agua para regar la tierra y con una intenc n, conseguir que se pusieran en riego el cortijo de los Humosos propiedad del duque del Infantado porque este era el único resquicio que dejaba la ley para poder expropiarle la finca a este gran terrateniente. Estuvimos 30 días, el grado interno de solidaridad, convivencia y compañerismo sería el cimienta de las luchas que a continuación tendrían que darse para conseguir el viejo sueño de la tierra. (...). A partir del año 85 se comienzan una serie de ocupaciones (más de 100) que nos llevaran a realizar todo tipo de acciones pero siempre centrados en la tierra llegando incluso a permanecer en la finca durante 90 días y 90 noches. Ni que decir tiene que la Guardia Civil nos expulsaba a diario y que tuvimos infinidad de procesos judiciales por estas luchas (Disponível em <http://www.marinaleda.com/historia.htm>. Acesso em 02 de Nov. 2013).

Todavia, apesar de ainda ser símbolo da luta pela terra em Andalucía, Marinaleda¹³ também sofre com a crise, uma vez que tem na produção agropecuária convencional seu suporte de geração de emprego e renda. Marinaleda alimenta a utopia da terra livre em que tanto o uso como a produção, são coletivos, ou seja, a propriedade mant m-se pública, porém, não conseguiu implementar a transição agroecológica – mesmo passados mais de 20 anos da conquista da terra.

O presidente da cooperativa¹⁴ de Marinaleda, em recente entrevista, explica que, hoje, dos 1200 ha voltados particularmente para produção de oliveira, girassol, trigo,

¹² Atualmente dois partidos governam Andalucía em coali  o: Partido Socialista Obrero Espa ol e Izquierda Unida.

¹³ O sindicalismo agrário sofreu duro golpe repressivo com a condenação, em nov. de 2013, de Juan Manuel Sánchez Gordillo e Diego Ca amero a sete meses de cárcere, e pagamento de multas, pela ocupação da finca militar de Las Turquillas em 2012. Disponível em: <http://politica.elpais.com/politica/2013/11/22/actualidad/1385149200_467591.html>. Acesso: 23 nov. 2013.

¹⁴ Entrevista concedida a José Orestes M. de Carvalho e Rosemeire A. de Almeida em 29 de Agosto de 2013, Marinaleda/Andalucía.

alcachofra, hortifrutí, aproximadamente 50 ha estão no sistema agroecológico. Destaca que a transição do modelo agrário é um desejo manifesto pela comunidade, todavia lento, porque exige desintoxicação da terra. Por outro lado, explica que a razão dessa tímida transição agroecológica é rescaldo da opção inicial pela agricultura convencional como possibilidade de retorno rápido para as famílias que, depois de anos de luta, urgiam por trabalho e comida, a partir de uma forma de produzir que conheciam. No entanto, o motivo desta dificuldade parece estar mais próximo às questões de cunho político-ideológico, uma vez que o movimento sindical, no caso o SOC/SAT, que canaliza a luta pela terra dos trabalhadores do campo, tanto em Marinaleda como em Somonte¹⁵, tem sua raiz historicamente voltada para a melhoria das condições de vida do trabalhador. Portanto, a terra entra como luta para socialização de um “meio de produção” – o debate ecológico toma corpo num momento posterior, como mostra a literatura sobre o assunto que vamos tratar mais à frente.

Bem por isso que, mesmo considerando o sindicalismo agrário alternativo como um “Nuevo Estilo Agroalimentario”, a compreensão dos limites desta luta sindical pela terra não escapou a Calle Collado et al (2012):

A su vez, desde sindicatos de agricultores o desde el ecologismo político se critica crecientemente la sociedad del consumo como garante de la destrucción social, cultural y ambiental del mundo rural. No obstante, **percibimos cómo en el sindicalismo agrario son más relevantes las cuestiones de equidad y desarrollo endógeno**. Por su parte, actores que trabajan más dentro del ciclo de los nuevos movimientos globales (en foros, cumbres alternativas) está más presente el discurso de la soberanía alimentaria y la crítica del consumo. (...). Y parece lógico pensar que el sindicalismo agrario destaque las condiciones de desigualdad de los pequeños productores por ser una amenaza directa a la viabilidad económica de los proyectos de sus integrantes (p. 484. Grifo nosso).

A produção acadêmica de Sevilla Guzmán junto à equipe do Instituto Sociológico de Estudios Campesinos (ISEC) se destacou pela construção de um referencial teórico capaz de gerar estratégias de sustentabilidade socioambiental nos campos andaluzes, tendo como pressuposto a insustentabilidade do modelo hegemônico em curso. O foco deste esforço teórico é a compreensão do papel central das estratégias endógenas dos diferentes agroecossistemas como fonte (re)criadora do saber local, processo cuja força condutora da mudança repousa na ação social coletiva própria dos movimentos sociais.

(...) entendemos por Desarrollo Rural Endógeno la potenciación, estímulo y establecimiento, de actividades socio-económicas y culturales descentralizadas, con un fuerte componente de decisión local, movilizan a la población de una determinada zona en la prosecución de su bienestar, autodefinido éste por su soporte cognoscitivo local, mediante la máxima utilización de los recursos propios, humanos y materiales (1992, p. 255).

Acerca do papel decisivo dos novos movimentos sociais, Sevilla Guzmán (1992) chama a atenção para a forte mobilização espanhola realizada a partir de 1975, e que atravessou os anos de 1980. Período em que os movimentos e organizações sociais, grande parte deles de natureza cidadã e, no caso andaluz, ligados ao movimento dos trabalhadores do campo, sentiram-se protagonistas das mudanças lançando-se em franca oposição ao franquismo, e às desigualdades sociais, resultantes da injusta divisão da riqueza. Defende que foram as mobilizações, entre os anos de 1976 e 77, que inviabilizaram a continuidade do governo Franco, e deram sinais da possível autonomia do movimento de massas em direção a um projeto de ruptura política. Situação que, na sua avaliação,

¹⁵ Somonte é uma propriedade localizada em Palma del Río/Andalucía. Trata-se de uma terra pública, de 400 ha, ocupada em 2012 por trabalhadores para desenvolver projeto de produção agroecológica, numa ação organizada pelo SOC/SAT - resistem produzindo cercados por dificuldade e sonhos.

despertou nas lideranças políticas e sindicais um movimento em direção à “transição negociada”, que excluía a radicalidade das massas e incluía a aceitação do modelo democrático europeu – o conhecido “Estado do Bem-Estar Social”. Em suas palavras...

Se inicia así, desde otoño del 76, una sorda pero apresurada desmovilización política que tiene su correlato meridional [Andalucía] en el consenso del pacto autonómico andaluz. (...).

Se produce así un bloqueo de la dinámica de reivindicación social imponiendo “al mismo tiempo” – desde el punto de vista ideológico – un calculado desencanto o desmovilización ideológica popular” que terminaría en reducir a las masas a la condición de “pasivo cuerpo electoral”. Así, el movimiento obrero habría de aceptar inevitablemente la lógica de la ganancia y los mecanismos del mercado como formas de asignación de recursos, forma de producir, tanto en la agricultura y el resto de sectores económicos y como motor del cambio tecnológico. Como contrapartida, se les asegurarían unos mínimos niveles de vida y se garantizarían unos derechos sindicales a través de la intervención del estado: el llamado estado del Bienestar (1992, p. 258).

Em virtude essencialmente da peculiaridade do caso andaluz, em que o movimento jornalero tinha peso decisivo, Sevilla Guzmán ressalta que em meio à “crise” e esfriamento das mobilizações resistiu, em Andalucia, um grupo que se rebelava dentro do movimento dos trabalhadores do campo, insistindo na Reforma Agrária como projeto político e econômico em resposta à política do “bem-estar”, esta, considerada alheia à potencialidade do saber local andaluz. As argumentações de Sevilla Guzmán e Gonzalez de Molina (1991) apontam para a existência de uma questão camponesa no seio das lutas jornaleras, questão essa centrada na luta jornalera pela divisão da propriedade e reprodução do modo de vida camponês como alternativa econômica e social.

(...) deberemos rechazar una interpretación del jornalero únicamente en términos de relaciones de producción, asalarización, para – junto a ellas – retomar aspectos tan importantes como su cultura y, especialmente, su ‘cultura del trabajo’, la racionalidad de su comportamiento y, sobre todo, su práctica histórica conflictiva. Desde esta perspectiva, tanto la ‘cultura del trabajo’ como su racionalidad son específicamente campesinas, fundadas en un sistema de relaciones familiares y de vecindad, los vínculos de amistad y cooperación, vinculados, en general, a la economía de subsistencia campesina. Lo mismo podríamos decir de su práctica conflictiva que, según hemos mostrado en otro sitio, resulta ser propiamente campesina. (...) (SEVILLA GUZMÁN, GONZALEZ DE MOLINA, 1991, p. 125-6).

A singularidade deste protagonismo do sindicato dos trabalhadores do campo em Andalucia, no tocante à luta pela terra como direito de ser fazer camponês, pode ser observada neste trecho extraído de um documento do SOC (ENCINA, GONZÁLEZ de RUEDA, ROSA, 1979 *apud* SEVILLA GUZMÁN, 1992, p. 06).

El SOC es el único sindicato que se ha atrevido hasta hoy a promover acciones de ocupación de tierras. Precisamente estas acciones han servido, entre otras cosas, para denunciar el uso antisocial que de la tierra se está llevando a cabo. Nosotros lo que defendemos es que este uso antisocial sea razón suficiente para cuestionar la continuidad en el disfrute e incluso en la propiedad de la tierra para quien así actúa. (...) El SOC recoge la necesidad y el deseo de los jornaleros de poseer tierras. (...) Por este motivo, para el SOC avanzar hacia la propiedad colectiva de la tierra pasa hoy por exigir que existan unos criterios de utilización social de la misma (Grifo nosso).

Defende o autor que estas ações de luta coletiva não foram marginais, ou de pouco alcance, uma vez que ao longo de 1983 a 1988, a luta jornalera mobilizou aproximadamente 250 mil pessoas resistindo à sedução das diferentes políticas de emprego rural iniciadas em 1984 e de subsídios agrários, entendidas como falsa Reforma Agrária, porque não afetavam a estrutura da propriedade da terra.

Assevera ainda que essa dinâmica de continuidade da luta pela terra aproximou, mais recentemente, o movimento de outras frentes e bandeiras como a de defesa da natureza e da agricultura ecológica. E corroborando nesta análise, Encina, González de Rueda, Rosa (2013) afirmam:

Los perversos efectos del sistema de “Empleo Comunitario” fueron perfeccionados en 1984 a través de la creación del denominado “subsídio agrario”. El Gobierno socialista se sumó a las limosnas para apaciguar los ánimos de un movimiento jornalero muy activo en los años 80 y a la promesa de una “Reforma Agraria” que luego resultaría un estrepitoso fracaso como política para desarrollar el medio rural. Con este sistema, se consagra la dependencia económica de los trabajadores agrarios a las ayudas públicas en forma de subsidio. Además, para acceder al mismo es necesario justificar el haber trabajado un determinado número de días en el campo (actualmente treinta y cinco), estar al corriente de las obligaciones con la Seguridad Social y justificar el empadronamiento en Andalucía. (...). Ante todo esto, **los jornaleros se rebelan y se inicia un proceso de fuertes movilizaciones y ocupaciones de tierras (1983-88)**, que se convierte en un hecho de vivencia cotidiana para intentar poner en explotación una serie de fincas que se organizará a través de cooperativas, que de alguna manera se vinculan al SOC (p. 03. Grifo nosso).

Autores como Aparicio et al (2013) estabelecem relação direta entre a atual crise do capitalismo, tendo como um dos reflexos mais visíveis, o estouro da bolha imobiliária com retração drástica do crédito e agudo desemprego, e o retorno da questão agrária em Andalucía com diferentes matizes. Acrescentamos que a luta pela terra no horizonte dos desempregados urbanos¹⁶, só é passível de existência se consideramos a permanência do “problema agrário andaluz”. Isso significa dizer que o retorno à terra ainda figura como alternativa.

En la actualidad, y tras desinflarse la burbuja inmobiliaria, parte de la población activa del sector de la construcción que ha quedado desempleada, está regresando al campo buscando recuperar sus antiguos empleos de jornaleros, y recuperando, junto con decenas de jóvenes urbanos y desempleados, las demandas campesinas de acceso a tierra y trabajo. **La conflictividad histórica agraria andaluza ha dado pie en estos momentos de crisis a que la lucha y la resistencia en el campo sean constantes**, innovando en sus propuestas productivas, manteniendo las acciones simbólicas que continúan visibilizando sus reivindicaciones e impulsando acciones directas de ocupación de fincas para el establecimiento de cooperativas de producción agrícola (p. 05. Grifo nosso)

Apesar deste resgate da “agricultura camponesa” possuir uma pluralidade de formas como dito anteriormente, a alternativa de acesso à terra pelo modelo de Reforma Agrária clássico tem ganho força e recolocado sua necessidade em Andalucía, não apenas como saída à crise econômica que se instalou em 2008 na comunidade europeia, mas, sobretudo, como direito à recamponização. Luta esta historicamente empunhada pelo Sindicato Andaluz de Trabajadores (SAT) - antigo SOC.

¹⁶ Neste período de crise há crescente migração de espanhóis para outros países em busca de trabalho, em especial na Alemanha. Disponível em <http://politica.elpais.com/politica/2013/10/09/actualidad/1381348988_222964.html> Acesso 10 de out. 2013.

El SOC nace en el año 1976 en Andalucía. Su ideario es cercano al comunismo y la izquierda radical, sus prácticas tienen gran transcendencia mediática y están altamente represaliadas. El SOC reclama desde sus inicios una reforma agraria que modifique la realidad desigual e injusta de la situación de la tierra en Andalucía, mientras tanto realiza acciones como ocupaciones simbólicas, permanentes en la actualidad, como en el caso de Somonte en Palma del Río (Córdoba). Se engloba dentro del Sindicato Andaluz de Trabajadores, abriéndose a trabajadores no relacionados con el mundo del campo y desarrollando campañas contra los recortes y reclamando políticas justas y no capitalistas con protestas como las realizadas en el Lidl y el Mercadona, con expropiación de alimentos para familias sin recursos (FLORES LUNAR, 2012, p. 26).

A luta pela Reforma Agrária, enquanto política pública, tem seu marco histórico em Andalucía com a criação do Instituto de Reforma Agrária (IRA), em 1932. Embora a história evidencie que se tratava apenas de uma política de reforma da estrutura sob os auspícios capitalistas, e com pouco resultado prático, a promulgação da Lei da Reforma Agrária fomentou um ambiente político, cujos resultados foram colhidos no período da guerra civil, 1936-1939, onde os sindicatos conseguiram aplicar a reforma agrária com a divisão e coletivização das terras - antes sob controle das oligarquias da época. Todavia, o triunfo do franquismo em 1939, não só desmontou essa experiência, como bloqueou, por meio da violência, o protagonismo camponês.

Importante registrar que a Reforma Agrária como política de Estado não está presente na lei máxima do país como assinala Aparicio et al (2013, p. 18).

La Constitución española de 1978 no incorpora en ninguno de sus artículos expresión alguna respecto del acaparamiento de tierras o sobre la Reforma Agraria. El único precepto que hace referencia a la agricultura es el art. 130, que dice textualmente que “los poderes públicos atenderán a la modernización y desarrollo de todos los sectores económicos y, en particular, de la agricultura, la ganadería, de la pesca y de la artesanía, a fin de equiparar el nivel de vida de todos los españoles.

Reflexo disso é que sua realização não ocorreu como mecanismo político de combate ao latifúndio por parte do Estado. Todavia, como assevera o autor, ao atrelar, no artigo 33, a propriedade da terra à sua função social, abre-se uma “brecha” à possibilidade de redistribuição da terra, via desapropriação.

Com as forças populares do campo reprimidas, o franquismo criou o Instituto Nacional de Colonização que almejava resolver o problema agrário por meio da compra de terra. Seu insucesso deu espaço para o Instituto de Reforma e Desarrollo Agrario (IRYDA), que também não avançou na solução da questão. O resultado destes anos de inércia, no tocante à efetivação da reforma agrária, não poderia ser outro: o crescimento do número de sem-terra, principalmente em Andalucía. “En lugares como las provincias de Córdoba y Sevilla, la proporción de campesinos y campesinas sin tierra era superior al 50% en 1956. (...)”. (APARICIO et al, 2013, p. 08). Após a morte de Franco, o governo autônomo, sob controle do Partido Socialista Obrero Español, atende a aspiração camponesa e funda, em 1984, o Instituto Andaluz de Reforma Agrária (IARA). Entretanto, mesmo em um governo democrático, a política de redistribuição de terra não avançou. Por sua vez, Aparicio et al (2013, p. 11) destaca um complicador nesta realidade em termos de continuidade do campesinato: é um mundo agrário envelhecido. “más del 30% de las explotaciones están en manos de personas con 65 años o más, y más del 76% la tierra está en manos de personas mayores de 45 años. Los jóvenes, menores de 34 años, ostentan poco más del 6% de la tierra”. Depreende-se que a recampesinização é necessidade para se pensar um mundo com camponeses.

La falta de fondos públicos y de voluntad política, condujo a que esta Reforma Agraria se redujera apenas a una política de subsidios por

desempleo para los campesinos y campesinas sin tierra ni trabajo, limitando al mínimo la expropiación pública de tierras. No obstante, debe señalarse que el IARA adquirió unas 25.000 hectáreas en muchas de las cuales se instalaron diversas cooperativas. (...). **(...) esta etapa de la Reforma Agraria, que duró desde 1984 hasta principios de la década de los noventa tuvo muy pocos efectos prácticos.** (...) A partir de los años noventa se da un cambio y se abandona la actitud proactiva en materia de estructura agraria, se abandona totalmente la política de redistribución de la tierra liquidando el patrimonio del IARA hasta quedar en unas 9.000 hectáreas, unas 8 o 10 fincas repartidas por todo el territorio y restos de fincas que quedaban y que fueron en su mayoría recalificados para ser urbanizadas en la época del auge del sector de la construcción (APARICIO et al, 2013, p. 09. Grifo do autor).

Especificamente em Andalucía, a conquista do marco jurídico que dava sustentação a possível reforma agrária no vigente estatuto autônomo andaluz, em sua reformulação em 1984, embora mantendo sintonia com a Constituição Espanhola, foi a aprovação da ainda vigente “Ley Andaluza de Reforma Agraria” (LARA - Lei 8/1984, de 3 de julho). Todavía:

(...) el objetivo básico de la LARA **ha sido más bien el aumento de la rentabilidad económica de las grandes explotaciones que su redistribución a manos de trabajadores y trabajadoras sin tierras.** Se puede incluso afirmar que la LARA no abre el paso a una auténtica reforma agraria pues no llega a apuntar a una ruptura de las estructuras latifundistas (APARICIO et al, 2013, p. 19. Grifo nosso).

Enfatizam os autores que no quadro atual de crise, o esvaziamento da LARA foi explicitado via aprovação pela Junta de Andalucía do Decreto Lei 5/2010, que instruiu reordenação dos gastos do setor público. Em outras palavras, contenção de gastos que significou a paralisia de qualquer possibilidade de assentamentos em terra pública, inclusive abrindo a possibilidade de vendas destas terras antes previstas para a Reforma Agrária – fato que só não ocorreu com as terras de Somonte em vista da ocupação da área pelas famílias.

Miembros del SOC-SAT de las comarcas del Valle del Guadalquivir ocuparon una de estas fincas de 400 hectáreas, en Palma del Río, provincia de Córdoba, llamada Somonte, un día antes de su subasta, que estaba prevista para el día 5 de marzo de 2012. En el momento de la ocupación, ya se había vendido más de 12.000 hectáreas del patrimonio del IARA, quedando aún unas 8.000 sin subastar” (APARICIO et al, 2013, p. 28).

A discussão dos autores coaduna com a premissa deste artigo, qual seja de que Andalucía postergou a solução do “problema agrário” que agora, no ambiente de crise capitalista, vem à tona na Espanha reforçando a compreensão do quanto insustentável é o paradigma hegemônico contemporâneo que transformou a terra em meio de produção de mercadorias, e os países em importadores de comida de consumo popular. Paradoxo possível por meio do eixo de concentração: da terra, da circulação e da riqueza produzida globalmente.

En el caso de Andalucía en particular, la cuestión agraria ha sido una clave interpretativa de su historia, lo que muestra la fuerte unión entre el territorio de Andalucía y todo lo relacionado con el recurso tierra y su gestión, acceso, uso o propiedad. A diferencia de otros países de Europa, y a pesar de los procesos de descampesinización, en Andalucía se ha mantenido la población rural fija. Esto ha permitido la formación de un fuerte tejido social y la transmisión intergeneracional de las demandas de los y las campesinas. Andalucía puede servir de espejo para el resto de

Europa, ya que es en esta región donde se agudizan procesos privatizadores de tierra, que reflejan las consecuencias de una sociedad con altos porcentajes de desempleo en un entorno de falta de acceso a tierra a consecuencia de la concentración parcelaria. Las políticas públicas, lejos de apoyar la producción local sustentable, alientan una producción alejada de las necesidades reales de los y las andaluzas, poniendo la tierra al servicio de grandes empresas distribuidoras (APARICIO et al, 2013, p. 4. Grifo dos autores).

Da modernização conservadora ao sistema agroalimentar global: a internacionalização da questão agrária e as disputas territoriais em Andalúcia

En la globalización, la economía andaluza viene intensificando su función suministradora de productos agrarios, de modo que la participación en el valor añadido por la agricultura española se sitúa ya alrededor del 30%. Mientras tanto, la industria y los servicios continúan con una importancia relativa muy escasa, en torno al 8-9% para la actividad industrial y un 13% para los servicios. Dentro del sector secundario sobresale la industria agroalimentaria, que con un 16% de participación en la agroalimentaria española todavía mantiene una cierta importancia, aunque es este un sector que continúa centrándose en torno a actividades que pueden considerarse una prolongación de la agricultura (DELGADO CABEZA, 2010, p. 27).

A concentração da riqueza em poucas e privilegiadas mãos não é novidade no capitalismo, porém na atualidade, a sua expansão no campo faz surgir, em meio às tradicionais corporações, novos atores com pouca, ou nenhuma, tradição agropecuária – complexando sobremaneira a aliança terra-capital. Referimos-nos ao capital financeiro, que por meio de bancos e fundos de pensão tem financiado a ação de empresas, exemplo é a brasileira JBS-Friboi. Maior empresa em processamento de proteína animal do mundo, mesmo sem tradição no ramo eucalipto-celulose possui, atualmente, a maior fábrica de processamento de celulose com capacidade de produção instalada no Brasil, de 1,5 milhão de toneladas/ano. O empreendimento é controlado pela empresa “Florestal Brasil”, lançada em 2011. O JBS-Friboi detém 58% da referida empresa, a MJ Empreendimentos 16,7% e o Fundo de Investimento em Participações (FIP) – cotistas Petros e a Funcef - 33,1%.

A escolha de atividades como agricultura intensiva, agro-combustíveis e celulose, é importante indicativo do objetivo destas inversões de capital, qual seja o retorno seguro de seus investimentos, que nada têm a ver com soberania alimentar. Infelizmente, via de regra, as certificações de “sustentabilidade”, que viabilizam a venda da celulose, desconsideram o caráter expansionista destas atividades, impondo apenas um uso do território. É nesta direção, de um capitalismo sem fronteiras baseado na aliança de capitais, que se pode entender a pressão da bancada do agronegócio brasileiro sobre o governo para retirar as limitações à compra de terras por empresas brasileiras com capital estrangeiro, impostas em 2010 pela Advocacia-Geral da União.

O expansionismo territorial, via compra e arrendamento, é o ponto modal deste modelo capitalista de produzir na agricultura, tanto para produção de matéria prima, como para controle do preço da terra, uma vez que a crescente demanda tende a fazer a balança pender a favor do rentismo dos proprietários de terras. A isso se agrega a necessária formação de “estoques” de terra, uma vez que a monocultura, aliada aos agroquímicos, exige, cada vez mais, a marcha contínua como forma de manter os índices de produtividade, a despeito dos propalados avanços técnico-científicos. É esta a compreensão que está na base de muitos trabalhos, em especial na Geografia. Eles apontam para a disputa territorial como centro da conflitualidade entre agronegócio e agricultura familiar camponesa, tais como: Oliveira (2003), Fernandes (2008); Paulino, Fabrini (2008), Paulino, Almeida (2010). Com o enfoque territorial no centro, desloca-se o debate da “crise alimentar”, prisioneira do economicismo, para a questão do acesso às bases de nossa

existência, a soberania, no caso terra, água, sementes – são estas riquezas que estão em disputa.

Guardadas as devidas especificidades, podemos dizer que a busca pela desnacionalização da terra, seguida de concentração, tem sido a tônica do mundo globalizado. Este processo tem desdobramentos estratégicos, particularmente, o abandono do projeto de Reforma Agrária em países ou regiões símbolos da luta pela terra, como o Brasil, onde o atual governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com início de mandato em 2011, apresenta um desempenho pífio em relação à desapropriação de imóveis para Reforma Agrária. Os dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) revelam que a presidenta Dilma, em 2011, registrou a pior marca desde 1995 no assentamento de famílias sem-terra. Apenas 21,9 mil famílias de sem-terra foram assentadas no seu 1º ano do governo. Seu governo, em 2013, caminhava para ser o pior da história da Reforma Agrária brasileira, desde a reconquista da democracia em 1985, por não ter assinado nenhum decreto desapropriatório. A situação foi revertida em virtude da forte pressão dos movimentos sociais do campo que culminou na publicação de decretos desapropriatórios em dezembro de 2013.

Soma-se o fortalecimento dos impérios agroalimentares e o aumento do preço da terra. Este último, retira da pequena unidade de produção, a possibilidade de se expandir por meio da aquisição do fator terra para busca de equilíbrio interno, o que resulta, na maioria das vezes, em arrendamento ou, até mesmo, em venda da propriedade para o agronegócio. A título de exemplo desta valorização da terra, resultado do incentivo aos agrocombustíveis e *commodity*, aliada à especulação com os alimentos, os números do Banco Central brasileiro revelam que, entre 2003 e 2007, os investimentos diretos estrangeiros em atividades imobiliárias cresceram 347% no Brasil. O resultado é a elevação do preço da terra. Segundo o Informa Economics FNP, em 2007, o preço médio da terra subiu no Brasil 17,83%. Em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, considerada atualmente a capital mundial da celulose, segundo o FND, a valorização nominal do hectare chegou a 294% entre abril de 2002 e abril de 2007. (ALMEIDA, 2013). E na Espanha, segundo Such, (2011):

La tendencia general de crecimiento de los precios de la tierra es clara. Desde 1993 hasta 2008 se ha acumulado una tasa media de crecimiento anual del 5,6%. Sin embargo en el año 2008 se acusó un primer descenso que se consolidó en el año 2009. Los precios de la tierra han bajado en 2009, el 4,6% en términos nominales. La crisis generalizada, que ha tenido un impacto muy fuerte sobre los bienes inmuebles tanto edificaciones como suelo, afectando claramente también a la tierra rústica, así como un aumento de la oferta (se incrementó en el año 2009 un 39% sobre la existente en el año 2008) son las explicaciones de la bajada de precios. El precio medio nacional por Has de tierra agrícola se sitúa en los 10.485 euros (p. 23)

A análise dos Censos Agrários permite afirmar que em Andalúcia, desde 1962, desapareceram 192.524 explorações, restando em 2009 apenas 242.903 – praticamente a metade do que havia em 1962. Isto significa dizer que desapareceram em média 4.096 explorações por ano durante 47 anos. Em relação ao tamanho das explorações, segundo o Censo Agrário de 2009, 3,5% das explorações (aquelas com mais de 100 ha) ocupam 52,15% da Superfície Agrária Útil (SAU); se juntarmos as propriedades com mais de 50 ha, vemos então que 7% das explorações ocupam 65% da SAU. Por outro lado, as explorações de menos de 5 ha ocupam somente 7,2% da SAU, porém representam 142.549 explorações; em outras palavras, 58,7% do total das explorações andaluzas.

Portanto, neste jogo de mercado ao sem-terra, é impossível o acesso via compra, e a Reforma Agrária, mais do que nunca, é o caminho. Esta compreensão, ainda que periférica, tem suscitado debates acerca da necessidade de medidas de intervenção pública para regulamentar o uso da terra, por exemplo, o limite de propriedade e de cultivo – bandeiras de lutas históricas no Brasil.

A respeito da crise agrária imposta pelos “Impérios”, García (2011), em artigo publicado na Revista “Soberanía Alimentaria Biodiversidad y Culturas”, põe em primeiro plano de relevância a crise histórica e ininterrupta dos agricultores espanhóis. Vejamos em suas palavras:

La desaparición de la ganadería familiar (y últimamente la no familiar también) no deja lugar a dudas. En el estado español en los últimos 50 años se han perdido 112 explotaciones al día, pero la intensidad de la extinción se ha incrementado últimamente y en los últimos 8 años son 255 las pérdidas al día (p. 25).

Aponta ainda que o agravamento da crise das pequenas e médias explorações deve ser creditado ao controle das atividades no campo que o grande capital agroalimentar (leia-se os Impérios) exerce desde a produção à circulação das mercadorias, fruto da imposição de um estilo de produção altamente dependente de insumos industriais, que funcionam como drenos de escoamento da riqueza, seja por meio do controle das matrizes ou pela valorização exponencial dos insumos em detrimento do produto final - o que resulta rebaixamento dos preços pagos ao produtor.

E, por fim, pelo monopólio da circulação, particularmente para as atividades de contrato, leia-se aquelas realizadas por meio do sistema de integração produtor-indústria (ou comercializadoras). O ranking de recebimento de subvenções da PAC-2012 nos dá evidência do poder de açambarcamento de recursos por partes das gigantes da comercialização: apenas Mercadona S.A. recebeu da PAC 2.856.801,04 euros. Neste processo é preciso registrar que a política de subvenções da PAC chegou a representar mais de 70% dos gastos da União Europeia (UE).

Llegó a absorber el 71% de los gastos de la UE en 1984, y ha ido disminuyendo en los últimos años a medida que se han ido desarrollando otras políticas comunes, hasta llegar a la tasa aproximada de 40% actual. En 2013 las ayudas directas y de mercado representarán el 32% y el desarrollo rural el 7,3% (APARICIO et al 2013, p. 14).

Desde a adesão a União europeia, em 1986, a Espanha destaca-se como recebedora das ajudas da PAC objetivando sua reestruturação. “En 2011 era el segundo país receptor después de Francia, con más de 5.812 millones de euros (repartidos entre 950.919 beneficiarios), el 10,4% del presupuesto total de la PAC. Andalucía es la región que más ayuda percibió, 1.690 millones de euros, el 29%” (APARICIO et al, 2013, p. 15). A Espanha é também o país da União Europeia que permite o cultivo de transgênicos em escala.

TABELA 01 - LA PAC (2012) - COMERCIALIZADORAS

EMPRESA	IMPORTE (Euro)
Mercadona, S.A.	2.856.801,04
Frutas Esther, S. A.	1.433.533,27
Alhondiga la Unión, S.A.	1.004.830,04
Kernel export, S.L.	968.316,01
Miguel Torres, S.A.	824.298,58
Lidl supermercados S.A.	657.588,13
O. P. Agromark, S.L.	571.459,78
Alcampo, S. A.	53.233,54
TOTAL	5.931.697,0

Fonte: Avance beneficiarios de la PAC 2012. Org: autores, 2013.

Estratégias de controle dos recursos financeiros e da circulação que podem se apresentar em rede em alguns setores em virtude do reduzido número de empresas controladoras.

La industrialización ganadera se basa, como inputs claves, en animales genéticamente seleccionados y en pienso. Esos animales son propiedad privada y están producidos, comercializados y controlados a nivel mundial por no más de 10 empresas. Cuatro empresas para el porcino (carne), cinco para el bovino (leche y carne) y cuatro para las aves (carne y huevos). Ellas son la mano que mece la cuna, en sentido literal, y a diferencia de otros sectores la mayor parte de ellas son de capital europeo. Algunas de estas empresas se repiten en cada subsector. (...).

En el estado español los dos principales componentes del pienso (cereales y soja) son controlados por Cargill y Bunge. En Europa esas dos empresas más ADM controlan el 80% de la soja que entra en el continente. Ese grado de concentración también existe a nivel mundial, básicamente dos actores, Cargill y ADM, controlan el sector de los cereales en el mundo (más del 70% del mercado entre los dos), y las «4 grandes», Cargill, ADM, Bunge y Dreyfus, dominan el de oleaginosas (soja). En la logística para la exportación de los granos, 4 empresas tienen las riendas del 60% (Cargill, Cenex Harvest States, ADM, General Mills) (GARCÍA, 2011, p. 27).

Corroborando nesta linha de reflexão, temos o estudo de Fernández Such (2011) em que apresenta um “Mapa de la distribución y tenencia de la tierra en el Estado español”, onde traça um perfil atual da situação agrária no território espanhol. Neste estudo chama a atenção como certos processos chaves estão interligados e se retroalimentam.

O primeiro é a questão da diminuição das explorações que se pronuncia dentro de uma lógica de concentração do território, ou seja, ao mesmo tempo em que diminui o número de explorações aumenta o tamanho das mesmas.

(...) las fincas que tienen más de 1.000 Has de tierra total, son poco más de 5.000 explotaciones, un 0’3%, y manejan el 16% de la superficie agraria útil total del territorio español, destacando el hecho de que apenas utilizan en muchos casos el 50% de sus disponibilidades de tierra (FERNÁNDEZ SUCH, 2011, p. 21).

Por conseguinte, este processo concentracionista guarda relação estreita com o êxodo rural. E as populações que resistem no campo, em sua grande maioria, estão em áreas ribeirinhas ou em espaços naturais protegidos, onde coexistem de forma comunal com os agroecossistemas locais.

El mapa del despoblamiento en el Estado español es grave. De un total de 326 comarcas en las que se divide el territorio del estado 138 concentran el 90% de la población. (...) Si analizamos los padrones de los años 2006 y 2009 vemos como salvo en el tramo de municipios de menos de 100 habitantes, la población ha disminuido perdiendo el medio rural un total de 112.712 personas. La población rural además de utilizar la tierra para la actividad agropecuaria, vive dentro o alrededor del 90% de los espacios naturales protegidos (FERNÁNDEZ SUCH, 2011, p. 20).

Por fim, este modelo se fecha numa espécie de territorialização do capital e monopolização do território, uma vez que os donos da terra são grupos econômicos que atuam também na circulação das mercadorias. Oliveira (1995), crítico do *modus operandi* do agronegócio, há muito destacou esta forma de dominação, onde todos os segmentos econômicos aparecem, de alguma forma, ligados à produção agropecuária, situação determinada por uma transnacionalização da agricultura, cujo controle se dá por meio de novas configurações territoriais, a saber: a territorialização e monopolização do território. Ou seja, uma parte da “rede dos agronegócios” se especializa na monopolização do território, controlando e manipulando a comercialização, distribuição, processamento industrial e financiamento. Todavia, em alguns ramos agropecuários, em que a renda da terra é alta, este processo é ainda mais avassalador, porque tem significado a expulsão dos camponeses, uma vez que se combina com a territorialização do capital – que se expressa

via aquisição de terras, em distintas regiões do globo, a fim de garantir a homogeneização da produção.

No caso andaluz, Fernández Such (2011) evidencia que nas comarcas onde o nível de percentagem da terra em mãos das sociedades mercantis supera os 25%, 10 são andaluzes e estão localizadas em Sevilla, Huelva e Cádiz. O autor dá outros pormenores deste processo.

¿De quién es la titularidad de estas explotaciones mayores a mil hectáreas? Destacan dos grupos. Por un lado aquellas grandes explotaciones propiedad de sociedades mercantiles (excluidas cooperativas y sociedades agrarias de transformación) y por otro, entidades públicas como ayuntamientos, institutos, empresas públicas y demás. Señalar cómo de la totalidad de tierra disponible por las entidades públicas, apenas el 20% es superficie agraria útil, es decir, mayoritariamente estamos hablando de tierra forestal o monte. (p. 21).

(...) En los últimos 10 años el número de sociedades no cooperativas propietarias de fincas agrícolas se ha duplicado y van acumulando un porcentaje importante de tierra agrícola. Sabemos que grupos empresariales como Ebro, Siro, Gullón o Pascual acumulan cada una de ellas más de 10.000 Has de tierra (FERNÁNDEZ SUCH, 2011, p.22).

Outro elemento importante nesta reflexão acerca do campo andaluz, é o papel da Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC) na crise agrária espanhola. O fenómeno da concentração da propriedade da terra veio sobremaneira via PAC que prima, na primeira fase, por um modelo produtivista, uma vez que o “pagamento único” consolidou os privilégios das grandes explorações que abocanharam 80% das subvenções europeias. Esta primeira fase da PAC orientada à modernização conservadora produtivista, amparada nas subvenções gerais, gerou a expulsão de pequenos e médios agricultores e pecuaristas, que não resistiram à pressão da espiral do produtivismo, asfixiados pelo incremento dos custos de produção e descenso dos preços pagos ao produtor. Nesta última fase, o sistema agroalimentar passou a ser dominado pelo sistema de distribuição organizado em rede que manipula os produtos e os preços, tanto para produtores como para consumidores.

Aparicio et al (2013) acrescenta nesta reflexão, quando destaca que a política da PAC de subvenções se traduz concretamente numa determinação quanto à escolha dos cultivares e da criação. E, mais, a política do “Pago Único¹⁷” beneficia os agricultores patrimonialistas e, portanto, a concentração da terra. Os critérios para acessar os subsídios favorecem os grandes proprietários e as grandes corporações, inclusive aquelas que atuam na circulação, mas possuem tentáculos no campo via sistema integração indústria-produtor.

La reforma de 1992 de la Política Agrícola Común (PAC) trajo consigo los derechos de pago único, perpetuando el mantenimiento desigual de la distribución de la tierra e incentivando el abandono productivo de pequeñas explotaciones. De acuerdo con el listado de beneficiarios de la PAC, son las empresas de distribución alimentaria, junto con las familias más ricas, quienes siguen recibiendo subvenciones, y la mayoría acaparan tierras en Andalucía (APARICIO et al, 2013, p. 5).

Em artigo que analisa o sistema agroalimentar em Andalucía, Delgado Cabeza (2010) põem relevo a três processos que, oriundos da Revolução Verde, pavimentaram o caminho para o atual nível de dominação que o capital agroalimentar exerce na produção agrária, na indústria de transformação e na distribuição dos alimentos com vistas a manter os imperativos de crescimento e acumulação. Para o autor, a conhecida modernização da agricultura nos anos de 1960 e 70, teve como pressuposto uma dupla externalização, do

¹⁷ O sistema de Pago Único introduzido pela reforma da PAC aboliu a relação entre ajuda e nível de produção para no seu lugar instituir a ajuda por ha desvinculada de índices de produção, o que agrava ainda mais a situação uma vez que valoriza a concentração em detrimento da produção.

conhecimento e das fontes de abastecimento e consumo, e uma ruptura entre a comunidade local e a natureza.

(...) En el caso de la agricultura, se conforman ahora, según este modelo, grandes plataformas o enclaves agroexportadores que suponen sistemas locales de extracción y apropiación de riqueza en los que tiene lugar una explotación intensiva de recursos y especificidades locales en función de estrategias que, desde lo global, gobiernan la dinámica que condiciona los procesos que acontecen en el interior de los sistemas productivos locales (p. 22).

Estes processos significaram a retirada da alimentação de seu contexto ecológico local e cultural. Consequentemente, sua artificialização exige cada vez mais o rompimento de barreiras orgânicas e biológicas inerentes a natureza. Para Delgado Cabeza (2010):

Este es un nuevo modelo, dentro del cual las agriculturas se “industrializan”, separándose progresivamente de su carácter de “economía natural” e integrándose en un sistema agroalimentario en el que el grado de elaboración o tratamiento de los productos es cada vez mayor, y el sector industrial se convierte en el centro de gravedad del sistema agroalimentario. Al mismo tiempo, van a tener lugar cambios notables también en los estilos de vida y de consumo. (...) y la aparición de una tecnología específica para un consumo orientado hacia lo “moderno”, lo “práctico”, lo “cómodo”, lo “rápido”, ruptura simbólica con el pasado que supone reemplazar los antiguos bienes y formas de subsistencia por mercancías portadoras de valor de cambio; (...) (p. 27).

Como Andalucía se insere neste contexto da Revolução Verde? Com um passado e presente de hegemonia de atividades ligadas à exploração dos recursos naturais, esta região viveu, no período de 1960 a 1980, a intensificação do processo de especialização agrária, atingindo índices de produtividade elevados graças à manutenção da concentração fundiária. No caso dos cultivos houve super especialização em hortaliças, frutas e olivares – gerando dinâmicas territoriais específicas.

Mostra Delgado Cabeza (2010) que este direcionamento produtivo produz resultado paradoxal, qual seja desde os anos de 1980 Andalucía vem perdendo a capacidade para satisfazer a demanda interna, “Cerca del 60% de los productos agroalimentarios consumidos en Andalucía deben ahora importarse”. (p. 35). Pode-se depreender que a “solução” do “problema agrário andaluz” veio pelo caminho da modernização do latifúndio, a chamada via prussiana, em detrimento da via campesina. Situação que, posteriormente, mostrou-se insustentável em virtude, de um lado, pelo açambarcamento dos subsídios por parte dos grandes proprietários como forma de manter a acumulação e, de outro, pela exclusão dos pequenos e médios pela impossibilidade de se sustentar de forma autônoma no ambiente competitivo de mercado.

No tocante ao setor hortofrutícola de Andalucía a concentração territorial da produção, tanto em termos físicos como monetários, dá-se em Almería. A insustentabilidade desta agricultura empresarial bem se expressa no contrassenso central desta atividade: “El uso intensivo de agua traduce la situación paradójica de estar estimulando la dedicación de la zona más árida de Europa a la actividad económica de mayor consumo de agua, la fábrica de hortalizas” (DELGADO CABEZA, 2010, p. 30).

Por outro lado, a queda dos preços pagos ao produtor, fruto do controle exercido pelas cadeias de distribuição, tem exigido intensificação da produção e dos rendimentos, leia-se eficiência econômica, à custa do uso e dependência do pacote tecnológico, exploração do trabalho e depredação da natureza.

En Andalucía este proceso se ha traducido en una creciente polarización empresarial reflejada en la destrucción, en la década de los 90, de más de la cuarta parte del comercio tradicional, mientras que en los mismos años el

número de hipermercados crece en un 44%. Esta última forma “moderna” de comercio, en manos del capital global, controla casi el 40% de las ventas de productos agroalimentarios en Andalucía a finales de los 90 (CANO ORELLANA; SOLER MONTIEL, 1999; SOLER MONTIEL, 2001, *apud* DELGADO CABEZA, 2010, p. 37).

Este círculo vicioso, de gastos crescentes e ganhos insuficientes, é para Delgado Cabeza (2010, p. 32) resultado da lógica da “agricultura forçada”, que se territorializou em Almería, transformada em “enclave territorial” do consumo exógeno.

Los mercados de destino, por orden de importancia, se sitúan en Alemania, Reino Unido, Francia, Holanda, y el mercado español, siendo los principales operadores o clientes las grandes cadenas de distribución, que directamente adquieren cerca de un 40% del volumen total comercializado; (...).

Articulado a este modelo crescem as contradições de forma escalar, ou seja, não se restringem apenas a diminuição das explorações e do emprego.

En el caso de Andalucía, las nuevas condiciones que definen la etapa de fuerte aceleración del crecimiento de los años 60 suponen la desaparición, entre 1964 y 1973, de casi el 60% de los establecimientos que conformaban un sector agroalimentario de carácter artesanal y muy disperso, a la vez que se reduce el número de empleos, aunque en menor proporción (DELGADO CABEZA, 2010, p. 27).

Neste período analisado pelo autor intensificaram-se os impactos ambientais: aumento no uso de agroquímicos; perdas de solo em 40% do território andaluz superiores a 50 toneladas por ha/ano; expansão contínua da irrigação e uso das águas subterrâneas, que representa atualmente 30% do total da água utilizada. Situação que afeta dez das 43 unidades hidrológicas de Andalucía, aliada à perda, por contaminação, da qualidade das águas.

En el litoral andaluz, aproximadamente la mitad del regadío se abastece desde el subsuelo, con un grado importante de sobreexplotación de los acuíferos, estando afectados gravemente diez de las cuarenta y tres unidades hidrológicas consideradas en Andalucía. A lo que habría que añadir la importante degradación de la calidad del recurso. En este sentido, ya en el Informe de Medio Ambiente de 1987, elaborado desde la Junta de Andalucía, se detectaban índices de calidad no admisibles en más de la mitad de los puntos observados en las distintas cuencas, así como problemas de eutrofización en los embalses, contaminación por nitratos y fosfatos, salinización, etc. Desde entonces, el deterioro no ha dejado de crecer, como se recoge en los sucesivos informes (DELGADO CABEZA, 2010, p. 28).

Desta forma, na divisão territorial do trabalho, coube historicamente à Andalucía o papel de fornecedora de produtos agrários e, esta função, no jogo das relações econômicas globais, se mostrou frágil em virtude das debilidades históricas do desenvolvimento andaluz. Incluso, defende Delgado Cabeza (2010), que a queda da participação da indústria alimentar andaluz na produção espanhola, deve-se à incapacidade do seu tecido industrial de sobreviver no atual ambiente global.

La capacidad de competencia de este débil tejido industrial andaluz cuando se intensifiquen las relaciones entre la economía andaluza y el exterior va a ser muy escasa frente a otros territorios. Esta situación desventajosa de partida es, a su vez, el resultado de un proceso histórico particular, que no propició el tránsito de la sociedad y la economía andaluza desde una

sociedad agraria a una sociedad industrial, como había sucedido en otras áreas. (p. 26).

Nesta “guerra de territórios”, o autor compara Andalucía a Cataluña. Enquanto esta última viu crescer a participação na produção agroalimentar espanhola, dobrando o peso no período entre 1960 e 1980, Andalucía decresce de maneira sistemática: de 25% em 1960 para 17% em 1981.

Este papel subalterno de Andalucía na atual divisão territorial do trabalho em termos de trocas desiguais e, portanto, transferência de riqueza, explica a crise neste território, onde precarização do trabalho e desemprego são as pontas visíveis do *icberberg*.

Da terra como trunfo camponês à agroecologia como bem comum: tecendo considerações no limiar de um novo paradigma

(...) Hace ya tiempo, la racionalidad ecológica del campesinato fue intuía por Angel Palerm al preguntarse por su continuidad histórica y constatar la enorme plasticidad social del campesinado. (...) Tales ventajas proceden, según mantenía Palerm, de que ‘produce y usa energía de la materia viva, que incluye su propio trabajo e la reproducción de la unidad doméstica de trabajo y consumo’. Por ello, para el mencionado autor, ‘el porvenir de una nueva tecnología centrada en el manejo inteligente del suelo y de la materia viva por medio del trabajo humano, utilizando poco capital, poca tierra y poca energía inanimada. Ese modelo antagónico de la empresa capitalista tiene ya su plataforma en el sistema campesino’ (SEVILLA GUZMÁN, GONZALEZ DE MOLINA, 1991, p. 93-94).

La unión de las cooperativas a las asociaciones de consumidores y la entrada de los Colectivos de Unidad de los Trabajadores (CUT) partido político vinculado al SOC en Izquierda Unida Los Verdes Convocatoria por Andalucía y su apuesta por constituirse en núcleos urbanos, como Sevilla, Málaga, Córdoba, Granada y Almería es parte de ese proceso de toma de conciencia global; al igual que la propuesta de constitución del sindicato andaluz (con USTEA, SU y SUAT). (ENCINA, GONZÁLEZ DE RUEDA, ROSA, 2013, p. 13).

O cenário andaluz, analisado neste artigo, contém as incertezas próprias do atual período de transição que, esperançosamente, aponta para transformações de ideias e estruturas. Período este marcado, por um lado, pelo esgotamento do modelo neoliberal, e do *modus operandi* norte-americano centrado na mercantilização da vida; de outro, pela busca de alternativas que signifiquem superação do receituário neoliberal com seus ajustes sociais. Todavia, como se trata de “transição”, o desenho do “vir a ser” não se apresenta por inteiro, e muito menos hegemônico, situação que gera angústia e descrença, pois uma das características fundamentais destes períodos de transição, como ensina Santos (2000), é sua incompreensão por grande parte da sociedade e, até mesmo, sua invisibilidade em virtude da qualidade não hegemônica do processo.

A gestação do novo, na história, dá-se, frequentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante. É exatamente por isso que a “qualidade” do novo pode passar despercebida (SANTOS, 2000, p. 141).

Essa travessia mescla elementos da herança da luta sindical agrária, centrada na conquista da terra como fonte do trabalho, que frente à crise do tempo presente redescobre a terra como fonte da vida. Compreensão que alarga os horizontes da luta na direção do

(re)encontro do modo de vida camponês com uma sociedade em que cada vez mais existem movimentos que reclamam alimentos com qualidade, seguros e de origem idônea.

Autores como Gonzalez de Molina (2009 *apud* FLORES LUNAR, 2012, p. 27) atestam que o consumo ecológico é crescente no estado espanhol, situação que rendeu ao país, em 2007, o terceiro posto em cultivos ecológicos na UE. “En el Estado español, la agricultura ecológica ocupa mas de 800.000 ha, donde más de 500.000 están en Andalucía”.

Una transición agroecológica social pasa por transcender el control del entramado industrial y corporativo y de los estados y proponer métodos que protejan los bienes comunes – semilla - y que devuelva a los agricultores y agricultoras la función reproductiva de la semilla y su gestión, manejo, evolución, domesticación, conservación y comercialización. Vías sociales y jurídicas por las que los agricultores y agricultoras puedan disponer de la semilla, producto de su obra creativa, pero a la vez protegerla de la privatización (CALLE COLLADO, VARA SÁNCHEZ, CUÉLLAR, 2006, p. 14).

A realidade indica que o processo de modernização do campo andaluz seguiu a via de desenvolvimento capitalista que combina o moderno e o arcaico, processo conhecido no Brasil como “modernização conservadora”, uma vez que a classe dos latifundiários permanece no poder e participa do projeto de modernização, via benesses oferecidas pelo Estado como subsídios, incentivos fiscais, doação de terras, ao mesmo tempo em que mantém sua marca de atraso ao processo de desenvolvimento pelo açambarcamento da terra e da riqueza. Como é próprio do modelo, este processo de “modernização” não atinge a todos igualmente. Logo, uma parte do campo permanece resistindo em suas pequenas propriedades, geralmente no limite fruto da transferência de riqueza que se instala pela via das trocas desiguais – especialmente dos capitais que dominam a circulação e ditam os preços agrícolas. Como parte deste desenvolvimento não linear, portanto contraditório, Andalucía possui uma classe de área de pequenos agricultores que resiste espremida em pouca terra: segundo o Censo Agrário de 2009, as explorações de menos de 5 ha ocupam 7,2% da Superfície Agrária Útil e são 58,7% do total das explorações andaluzas – um total de 142.549 explorações.

A fase de internacionalização da questão agrária pressupõe a dominação que se instala porteira afora ditada pelos Impérios agroalimentares, que representam o estágio supremo da modernização conservadora que, anteriormente, se instalou porteira adentro. Estes Impérios possuem estratégias globais planejadas para manter sob controle a terra-território. Em Andalucía, essas estratégias apontam fundamentalmente para o controle das sementes, dos insumos químicos e mecânicos, rações e pela garganta estreita da grande distribuição. Porém, temos também resistências globais e identificá-las permite ações do local para o global, exemplo maior destas estratégias têm sido as ações do sindicalismo agrário, que desde 2010 vem denunciando a defasagem de preços entre o que se paga aos produtores e o que se cobra dos consumidores, bem como as distintas manifestações antitransgênicos em escala nacional. De maior impacto foram as ações de 2012 com ocupação e distribuição de alimentos dos supermercados da rede Mercadona e Carrefour, a fim de denunciar a concentração da riqueza e a produção da fome.

Sociedades como a espanhola, mesmo em crise, apresentam um grau de incorporação do “estado do bem-estar social” que as colocam em situação diferente de países onde o capitalismo tardio de herança colonial adiou a incorporação de direitos vitais, como o de acesso a comida, situação que tem direcionado o centro da luta para a disputa por políticas públicas no seio da estrutura do Estado brasileiro.

Uma das formas de manifestação dessa singularidade espanhola – talvez a mais eloquente de esgotamento do modelo do “bem-estar”, é a aproximação entre a cidade e o campo no tocante a posse e uso da terra, em que o grau de compreensão do “bem-viver” vai além do acesso aos bens de consumo para ser, essencialmente, uma conquista de soberania alimentar - efetivada pela necessária aliança entre os que produzem de forma

responsável e os que decidem onde consumir. O que tem imposto um novo conteúdo à questão agrária-camponesa em terras andaluzas, num movimento que brota da cidade, exigindo uma agricultura que cuide do meio ambiente e produza alimentos de qualidade em condições justas para os produtores, e que se expressa em ações de enlace entre camponeses e consumidores – ou, até mesmo, iniciativas de consumidores que, por meio de associações, se tornam produtores de seus alimentos. Este movimento cidade-campo, buscando mudanças no uso da terra frente à crise agroambiental, não apenas se acerca dos camponeses com terra, mas desenha aproximações com a luta pela terra, como é o caso da ocupação de Somonte, cuja produção ecológica é vendida semanalmente nas cidades via os comitês de apoio.

Considerando as raízes do movimento sindical agrário, há indícios de que no momento o Sindicato de Obreros del Campo (SOC/SAT) enfrenta aquele que é seu maior e melhor desafio: somar à sua histórica luta pela terra, o ideário da transição agroecológica, sob o risco de que falhar é continuar na armadilha da “terra de trabalho”, prisioneira da transferência de riqueza para o capital. Ponderamos o SOC/SAT, sendo o representante propositivo da luta pela terra em virtude de suas ações conflitivas, situação que o coloca em uma das pontas neste movimento de transição, tendo na outra as ações que promovem a aliança consumidores e produtores como os Canais Curtos de Comercialização (CCC), estando muitas destas organizadas por meio da Federação Andaluza de Consumidores e Produtores Ecológicos (FACPE) e também como iniciativas autônomas. Igualmente, dentro do Sindicato de Pequenos e Médios Agricultores (COAG), existem os que defendem sua terra e resistem frente ao Império agroalimentar. Ademais, certos setores deste sindicato lutam por construir uma direção mais próxima à soberania alimentar. Afora isso, há práticas em Andalúcia que somam para o questionamento e construção de outro mundo possível, como as redes sociais Veterinários Sem Fronteiras, Ecologistas em Ação, Rede de Sementes e também as múltiplas organizações locais que se agrupam para atividades em torno da luta por Soberania Alimentar, destacando especialmente a nível espanhol a Plataforma Rural¹⁸ como espaço político de encontro de diversos atores por um “mundo rural vivo”.

A possível aliança cidade-campo expressa na aproximação da luta pela permanência e recriação dos camponeses, e a luta contra o sistema agroalimentar global anuncia um novo paradigma centrado na compreensão de que um mundo com camponeses é melhor que um mundo sem eles, pois o modo de vida camponês contém as condições de produzir a soberania alimentar que necessitamos, uma vez que salvaguardar a biodiversidade tem sido o seu recurso de sobrevivência secular. Porém, nesta aproximação há que se cuidar para que velhas teses da incapacidade dos camponeses, e da necessária tutela vanguardista, não sejam reinventadas sob o discurso de consumidores urbanos conscientes a orientar a produção camponesa; trata-se de pensar numa aliança cidade-campo de sujeitos, com direito a cultivar diferenças na construção de uma hegemonia política de soberania alimentar. Isto significa dizer que num cenário de centralização exacerbada da riqueza, crise agroambiental e terceirização dos mercados, a alternativa que se desenha está voltada à defesa da terra como bem comum e dos sujeitos que promovem seu uso para a vida, e este uso atende pelo nome de agroecologia.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire A. **Da Hegemonia do Agronegócio às Estratégias de Fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa: Aproximações com a Transição Agroecológica na Espanha.** Três Lagoas-BR, Córdoba-ES, 2013. (Projeto de Pos Doc).

¹⁸ Destacamos especialmente a Plataforma Rural pelo seu entendimento global da crise agrária ambiental e pela convergência dos atores na busca de alternativas. http://www.plataformarural.org/index.php?option=com_content&view=article&id=152&Itemid=204

ALMEIDA, Rosemeire A. **A nova fronteira do eucalipto e a crise da reforma agrária.** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária –NERA. Presidente Prudente, dezembro de 2012, número 60. ISSN 2177-4463. p. 01-10.

ALMEIDA, Rosemeire A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção.** São Paulo: Unesp, 2006.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo.** 2. ed. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

APARICIO, Marco et al. **Acceso a la tierra y luchas en Andalucía, Estado español.** Educación para la Acción Crítica (EdPAC); Grupo de Investigación en Derechos Humanos y Sostenibilidad – Cátedra UNESCO de Sostenibilidad de la Universidad Politécnica de Catalunya. Nov 2012 – Ene 2013.

CALLE COLLADO, Ángel et al. La desafección al sistema agroalimentario: ciudadanía y redes sociales. **Interface: a journal for and about social movements.** Volume 4 (2): 459 - 489 (Noviembre 2012).

CALLE COLLADO, Ángel. Agroecología Política: Transición Social y Campesinado. **Seminário Brasil-Espanha de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Educação Ambiental.** Botucatu-SP, 25 – 27 Abril de 2011. Disponível em:< http://www.transicaoagroecologica.org/portal/dmdocuments/prof_angel.pdf>. Acesso em: 20 de junho 2012.

CALLE COLLADO, Ángel. **Marcha de indignados en Sevilla el 15-O.** Disponível em:< <http://www.transicaoagroecologica.org/portal/index.php/colunistas/64-angel-calle-collado-/153-marcha-de-indignados-en-sevilla-el-15-o.html>>. Acesso em: 20 de setembro 2012.

CALLE COLLADO, Ángel. **Movimientos sociales en España de la crisis.** Disponível em:< <http://www.transicaoagroecologica.org/portal/index.php/colunistas/64-angel-calle-collado-/99-movimientos-sociales-en-espana-de-la-crisis.html>>. Acesso em 20 de setembro 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, Jose Antonio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./junh. 2002.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DELGADO CABEZA, Manuel. El sistema agroalimentario en Andalucía. **PH CUADERNOS.** N. 26. Sevilla. Editora: JUNTA DE ANDALUCÍA. Consejería de Cultura. 2010. 316 p.

ENCINA Javier, GONZÁLEZ DE RUEDA, José R., ROSA, Luis Ocaña y Montse. **La lucha del movimiento jornalero por el uso de la tierra como proyecto de transformación socioambiental en Andalucía occidental.** Disponível em: < <http://ilusionismosocial.org/mod/resource/view.php?id=188>> Acesso em 15 de Out. 2013.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. O estado da insegurança alimentar no mundo. Disponível em: <www.fao.org> Acesso em: 28 jun. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Clacso, Expressão Popular, 2008.

FERNÁNDEZ SUCH, Fernando. Mapa de la distribución y tenencia de la tierra en el Estado español. **Revista Soberanía Alimentaria Biodiversidad y Culturas**. Barcelona-ES. Número 4, Enero de 2011. p. 19-23.

FLORES LUNAR, Manuel. **Acceso a la tierra en Andalucía: realidades y resistencias en el siglo XXI**. Master Interuniversitario en: “Agroecología; un enfoque para la sustentabilidad Rural”: UNIA/UCO/UPO. Trabajo fin de Master. 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Hobsbawn: O socialismo fracassou, agora o capitalismo faliu; o que virá a seguir?** Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1162270-hobsbawn-o-socialismo-fracassou-agora-o-capitalismo-faliu-o-que-vira-a-seguir.shtml>> Acesso em: 01 out. 2012.

GALLAR HERNÁNDEZ, David. Economías Campesinas como Cultura a Resgatar. **Revista Soberanía Alimentaria Biodiversidad y Culturas**. Barcelona-ES. Número 12. Fev. 2013.

GALLAR HERNÁNDEZ, David. **La Construcción de la Universidad Rural Paulo Freire**. Culturalismo para una Nueva Ruralidad Campesinista. Universidade de Córdoba. Córdoba-ES, 2011. (Tese de Doutorado).

GARCÍA, Ferrán. La mano que mece la cuna... **Revista Soberanía Alimentaria Biodiversidad y Culturas**. Barcelona-ES. Número 4, Enero de 2011. p. 24-28.

GRAIN. Los Nuevos Dueños de la tierra. Out. 2009. Disponível em: < <http://www.grain.org/article/entries/195-los-nuevos-duenos-de-la-tierra>> Acesso em 15 de Out. 2013.

GORDILLO, Sánchez. **Luta pela terra não deve ter limites**. Disponível em: < http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20989&alterarHomeAtual=1>. Acesso em: 29 de set. 2012.

GONZALES DE MOLINA, Manuel; GUZMAN CASADO, Glória I. **Tras los pasos de la insustentabilidad: agricultura y meio ambiente em perspectiva histórica**. Barcelona: Icaria, 2006.

GONZALEZ DE MOLINA, M., OLIVER, M.G. **Por una nueva interpretación de la historia andaluza**. Editorial Ayer, 1999.

GONZALEZ DE MOLINA, Manuel. **El desarrollo de la agricultura ecológica en Andalucía (2004-2007)**. Crónica de una experiencia agroecológica. Editorial Icaria, Coleccion Perspectivas Agroecologicas. Barcelona, Espanha, 2009.

GONZALEZ DE MOLINA, Manuel. **Agricultura ecológica y decrecimiento económico**. Una perspectiva agroecológica. N. 6 de Abril de 2011. Editorial Cuides.

HARVEY, David. **O neoliberalismo. História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

MARTÍN MARTÍN, Víctor O. La Lucha por la Tierra. Casos Comparados de Brasil y España. In: SEGRELLES SERRANO, José A. (coord.). **A Vueltas con la Agricultura**. Una actividad económica necesaria y marginada. Alicante. Edição: Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert, 2010. p. 45-72.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB. Ano 19, v.2, n. 21. Jul/Dez 2003, p. 113-156.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. A eficiência da produção camponesa no Brasil: estudo comparativo. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB. Ano 26, v.2, n.35. Jul-Dez/2010. p. 17-34.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, Eliane T., FABRINI, João E. (Orgs.). **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete Teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, PAULO (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLOEG, Jan Douwe V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. Florianópolis: UFSC, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012. p. 16-50.

ROSSET, Peter. Entrevista. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. EMATER/RS. Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZALES DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campeinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Una propuesta de desarrollo rural endógeno para Andalucía. España. **Estudios Regionales**, n. 31, 1992, p. 251-263.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Editorial Icaria, Colección Perspectivas agroecológicas, 1. Barcelona, Espanha, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo, GONZALEZ DE MOLINA, Manuel (Editores). **Ecologia, Campeinato e História**. Madrid: Ediciones Endymión. 1991.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Desde el Pensamiento Social Agrario**. Serie: Perspectivas agroecológicas (1). Córdoba-ES: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Redescubriendo a Chayanov: hacia um neopopulismo ecológico. **Agricultura e Sociedade**. Madrid, nº 55, 201-237, 1990.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação - o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**. Petrópolis/RJ, n. 26, p. 43-79, 1980.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SINDICATO ANDALUZ DE TRABALHADORES (SAT). AVANCE BENEFICIARIOS DE LA PAC 2012. Área de Soberanía Alimentaria. (PDF).

TALEGO VÁZQUEZ, Félix. La memoria y la tierra en el imaginario de los jornaleros andaluces. **PH CUADERNOS**. Sevilla-ES. N. 26. Editora: JUNTA DE ANDALUCÍA. Consejería de Cultura. 2010. 316 p. TOLEDO, Victor M. Agroecología, Sustentabilidad y Reforma Agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar. **Agroecología e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.2, p.27-36, abr./junh. 2002.

Recebido para publicação em 28 de janeiro de 2014

Devolvido para revisão em 03 de abril de 2014

Aceito para publicação em 26 de abril de 2014